



COQUELUCHE

Saúde em alerta com morte de bebê na BA

Segundo a secretaria estadual de saúde (Sesab), 18 casos da doença, altamente contagiosa, foram confirmados na Bahia em 2024. Especialistas sugerem a realização de campanhas que combatam o movimento antivacina no país

» JULIANA SOUSA*

Junior Origem/PMTF

A Secretaria da Saúde da Bahia (Sesab) confirmou ontem a morte de um bebê de 9 meses por coqueluche, em Teixeira de Freitas, no sul do estado. A menina, que faleceu em 12 de novembro, é o primeiro caso fatal registrado na Bahia após cinco anos sem ocorrências letais da doença.

Ela não havia recebido nenhuma vacina do calendário infantil e também foi diagnosticada com covid-19, Rotavírus e Adenovírus. Segundo a Sesab, 18 casos de coqueluche foram confirmados na Bahia em 2024. Destes, 14 são em mulheres, com idades entre 1 mês e 32 anos, sendo que 46% das notificações envolvem bebês com menos de 1 ano. Em setembro, uma criança de dois meses também foi diagnosticada com a doença em Teixeira de Freitas, elevando a preocupação das autoridades locais.

Como resposta, a Secretaria intensificou campanhas de vacinação e conscientização no município. A orientação para a população é buscar atendimento médico diante de tosse persistente ou contato com pessoas com sintomas suspeitos.

A coqueluche, ou tosse comprida, é uma doença respiratória altamente contagiosa causada pela bactéria *Bordetella pertussis*, caracterizada por ataques de tosse severa que podem causar complicações graves, especialmente em bebês e crianças pequenas. A principal forma de prevenção é a vacinação, disponível gratuitamente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), através da vacina pentavalente, que faz parte do calendário nacional de imunização. Além da vacina, é importante buscar atendimento médico ao notar sintomas como tosse persistente e dificuldade para respirar, garantindo diagnóstico e tratamento adequados.



Primeiro caso fatal de coqueluche registrado na Bahia após cinco anos levou autoridades locais a intensificarem as campanhas de vacinação

Crise na Vacinação

Nos últimos dez anos, a cobertura vacinal no Brasil tem caído drasticamente, aumentando a vulnerabilidade da população — especialmente de crianças — a doenças previamente erradicadas, como sarampo e poliomielite, que podem causar sequelas graves ou até levar à morte. Apesar de o índice ideal de vacinação ser superior a 90%, as taxas gerais de imunização estão abaixo desse patamar desde 2012, chegando a apenas 50,4% em 2016. Em 2021, o percentual foi de 60,7%, conforme dados do Datasus, ligado ao Ministério da Saúde.

A desinformação, especialmente nas redes sociais, também

prejudica outras campanhas de vacinação. De acordo com uma pesquisa divulgada ontem, a imunização contra a dengue, embora disponível, tem enfrentado resistência, devido à disseminação de informações falsas. O estudo aponta que 88% dos brasileiros confiam na vacina contra a dengue, mas 12% ainda têm dúvidas. Entre os mais céticos, predominam homens com mais de 55 anos. Apesar da alta confiança geral, 41% dos entrevistados afirmaram ter recebido notícias falsas sobre vacinas em redes sociais, e quase 30% relataram ter deixado de se vacinar ou desaconselhado outras pessoas por causa das incertezas quanto à segurança e eficácia das vacinas.

A médica infectologista Lorena Faro explica que a proteção das vacinas não é apenas para as crianças, mas para a sociedade como um todo: “Quando um número significativo de crianças é vacinado, cria-se a chamada ‘imunidade coletiva’ ou ‘imunidade de rebanho’”, explica a especialista. Isso impede a propagação de doenças infecciosas, uma vez que há menos pessoas suscetíveis ao vírus ou bactéria causadores dessas enfermidades. “Como resultado, pessoas que não podem ser vacinadas, como bebês muito novos, crianças com doenças autoimunes ou idosos, também são protegidas”, destaca, ressaltando ainda a importância da imunização para evitar

surtos epidêmicos e reduzir os custos para o sistema de saúde. “A vacinação de crianças é uma responsabilidade social. Ao proteger a criança, protegemos também aqueles ao redor dela, criando um ambiente mais seguro para todos”, conclui.

Campanha contra

Ricardo César de Abreu, médico intensivista pediátrico, explica também que é importante vacinar, mesmo quando doenças já são consideradas erradicadas ou controladas, como era o caso da coqueluche. Segundo ele, o avanço do movimento antivacina, motivado por razões ideológicas, tem gerado

A vacinação de crianças é uma responsabilidade social. Ao proteger a criança, protegemos também aqueles ao redor dela, criando um ambiente mais seguro para todos*

Lorena Faro, médica infectologista

preocupação. “A gravidade disso é o retorno de doenças que já haviam sido erradicadas, como o sarampo e a poliomielite. Essas doenças desapareceram exatamente graças às vacinas”, enfatizou, destacando a importância de manter a imunização.

O especialista explica ainda que, em tempos de movimentos antivacina, a abordagem com os pais deve ser cuidadosa e sem julgamentos precipitados. “Num primeiro momento, é importante ouvir a opinião dos pais sobre o ato vacinal e, aos poucos, ir esclarecendo dúvidas e possíveis receios, sempre reforçando que vacinar é um ato de cuidado para com a criança”, afirma o Ricardo.

Ela destaca ainda a importância de entender que, no mundo da informação, os pais estão expostos a muitas narrativas falsas, até de viés político. “Antes de ‘obrigar’ um pai a vacinar, cabe ao profissional explicar, mil vezes se necessário, sobre a segurança do procedimento e os riscos envolvidos”, opina, sugerindo o uso de exemplos, dados de órgãos oficiais e até a recomendação de leitura de artigos especializados para convencer as pessoas sobre a importância da vacina.

Brasil sorridente completa 20 anos

» MARIA EDUARDA LAVOCAT
» LUIS FELYPE RODRIGUES*

O Ministério da Saúde, em parceria com a Coordenação-Geral de Saúde Bucal (CGSB) e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), está promovendo a 1ª Mostra Comemorativa aos 20 anos da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB), conhecida como Brasil Sorridente. O evento, iniciado ontem no Centro Internacional de Convenções do Brasil (Setor de Clubes Sul), segue até hoje. Além de destacar experiências exitosas nos eixos estratégicos que fortalecem a PNSB nas áreas assistencial, de gestão e educacional, a programação inclui palestras e mesas-redondas que enriquecem as discussões e reflexões sobre os avanços e desafios da política de saúde bucal no país.

No Brasil, as políticas públicas para a saúde bucal começaram na primeira metade do século 20, com abordagem centralizada

e verticalizada. Em 2004 foi lançado o Brasil Sorridente, com o objetivo de ampliar o acesso da população a ações estratégicas, integrando equipes de saúde bucal à Estratégia Saúde da Família (ESF) e incluindo assistência odontológica especializada por meio dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

A coordenadora-geral de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, Doralice Severo da Cruz, disse que a saúde bucal dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) avançou bastante desde o ano passado e destacou os valores destinados à área como uma das principais melhorias. “Os recursos aumentaram bastante. Nunca houve tanto investimento como temos nos dias atuais. Em 2022, tínhamos R\$ 1,5 bilhão, no ano passado, foram R\$ 3,8 bilhões e, em 2024, foram R\$ 4,2 bilhões, salvo engano”, pontuou. “O financiamento é tripartite, então temos a participação do

Rafael Nascimento



governo federal, estadual e municipal”, acrescentou.

Entre os avanços, Doralice destacou a Lei 14.572, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que coloca a saúde bucal na Lei Orgânica da Saúde, fazendo com que, a partir

de então, não se possa mais negar o cuidado bucal nos municípios. “Buscamos que, para cada equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) — grupo de profissionais de saúde que visa prestar cuidados à população —, tenha especialistas em saúde

bucal. Hoje temos cerca de 50% de cobertura e até o fim deste governo, pretendemos atingir pelo menos 80%”, revelou.

Na avaliação da coordenadora-geral, fazer exames bucais é tão importante quanto os de outras áreas do corpo. “Se uma

Segundo o secretário Swedenberger Barbosa, o atual governo está tratando a saúde bucal com prioridade

pessoa está com dor de dente, ela consegue trabalhar ou ir à escola? Não dá. Os dentes afetam até a alimentação dos indivíduos, então a saúde bucal é fundamental”, pontuou.

Segundo o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Swendenberger Barbosa, o atual governo está tratando a saúde bucal com prioridade. “Entre 2017 e 2022, o programa enfrentou alguns retrocessos, mas agora, no novo governo Lula, as ações estão sendo retomadas com vigor. Os aumentos no orçamento demonstram que o presidente e a ministra da Saúde, Nísia Trindade, tratam a saúde bucal com prioridade. Atualmente estamos com 37 milhões de equipes de saúde bucal espalhadas pelo Brasil e, até o fim de 2026, esperamos atingir acima de 50 mil equipes por todo país”, afirma.

* Estagiários sob a supervisão de Edla Lula